

DEBATES SOBRE A NAÇÃO MODERNA NA COLUNA DE CRÔNICAS “DIÁLOGOS” DE FIGUEIREDO COIMBRA

Marcela FERREIRA¹

RESUMO

A representação literária da história é possível principalmente por meio de textos, como as crônicas, mistura de jornalismo e literatura. Esses pequenos escritos diários permitem aos seus criadores a liberdade de expressar seus ideais, por isso os textos permeiam entre criticar, comentar ou explicitar os acontecimentos do momento. Figueiredo Coimbra (1866-1899) que manteve a coluna “Diálogos” por quatro anos (1895-1899), executa as características da crônica e acrescenta peculiaridades de outros gêneros literários como os diálogos e o teatro. A série de Coimbra reúne 467 textos escritos em forma de diálogo, que com ironia e humor dramatizava o cotidiano carioca no final do século XIX. Um assunto recorrente na coluna era a política, dessa forma, o objetivo deste trabalho é observar por meio de quatro crônicas representativas dos “Diálogos” de Figueiredo Coimbra sobre a política, os debates sobre a nação moderna, principalmente os ataques sutis em relação ao novo regime implantado, a República, usando os conceitos sobre nação moderna de Ernest Renan e François-Xavier Guerra, que permitirão trazer a lume a crítica de Figueiredo Coimbra ao ideal republicano em fase de construção.

PALAVRAS-CHAVE: Figueiredo Coimbra; “Diálogos”; crônica; República.

Nação, imprensa, cultura e literatura

No início do século XIX, os debates sobre a construção de uma nação moderna no Brasil, não eram apenas prioridade da política, pois também apareciam em textos literários. Após a proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, a geração romântica tentou construir um ideário de nação, usando a literatura como um instrumento condutor. O conceito de nação apresentado por Ernest Renan, em uma conferência na Universidade de Sorbonne, em Paris, demonstra, em parte, o reflexo do

¹ UNICAMP – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Teoria Literária
Rua Paranagi, 101 - Jd. Paraná – CEP 19807-535 – Assis – SP - Brasil
marfe16@hotmail.com

Esta pesquisa é financiada pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

ideário de nação construído pelos românticos:

[...] un alma, un principio espiritual. Dos cosas que, en verdad, tan sólo hacen una, constituyen esta alma o principio espiritual. Una está en el pasado, otra en el presente. Una es la posesión en común de un rico legado de recuerdos; otra es el consentimiento actual, el deseo de vivir juntos, la voluntad de seguir haciendo valer la herencia que se ha recibido indivisa. [...] La nación, como el individuo, es la desembocadura de un largo pasado de esfuerzos, de sacrificios y de abnegaciones. (RENAN, 2001, p. 65)

Os românticos tentaram recuperar esse “rico legado de recuerdos”, transformando-os em mitos, recriando um passado, trazendo a figura indígena como símbolo da nação. Esse processo começou a perder força em meados da década de 70, do século XIX, com o surgimento de novas ideologias políticas, literárias e científicas. Norteadas e influenciadas por ideais republicanos e liberais vindos da Europa, apareceu uma nova geração que lutou pelo fim do Império e da escravidão, pela necessidade de mudanças para o Brasil, libertando-o de um passado imperial e transformando-o em uma nação moderna, democrática e progressista.

A República brasileira foi proclamada no dia 15 de novembro de 1889, por meio de um golpe militar e sem a participação popular. Naquele momento, por diversas razões, não seria fácil transformar o país em uma “nação moderna, democrática e progressista”. Após o golpe, era necessário consolidar o novo regime, dessa forma a República tornou-se um ponto de partida para que se pensasse sobre a nação, sobre o nacional, pois como afirma José Murilo de Carvalho:

A república foi proclamada sem um movimento nacional, sem participação popular. Mas os conflitos que se seguiram à sua proclamação e à necessidade de afirmar-ser como nova forma de governo em oposição à monarquia contribuíram para renovar o debate em torno do problema nacional. Eliminada a dinastia portuguesa, o País ficava entregue a si mesmo, e a pergunta sobre o que era esse País tornava-se mais premente.

A primeira batalha simbólica deu-se em torno da forma de governo. A República tentou mudar os símbolos nacionais, criar novos heróis,

estabelecer seu mito de origem. Boa parte do esforço foi em vão, de vez que faltava ao novo regime o batismo popular. (CARVALHO, 1998, p. 249).

O processo de transformação do país em uma nação moderna, por meio da implantação de um novo regime político, foi alvo de muitos debates na imprensa, em que eram constantes os ataques e as discussões sobre a consolidação da República. A primeira Constituição republicana promulgada em 24 de fevereiro de 1891 assegurava uma imprensa sem censura e o direito de liberdade de pensamento (cf. FLORES, 2004, p. 181-3). O momento era propício para desabrochar críticas ao novo regime.

A imprensa era uma “instância de produção cultural”, e fornecia aos escritores a maioria das gratificações e posições intelectuais. Nessa fase os escritores do Brasil viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros importados da França: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica (cf. MICELI, 1977, p. 15). Assim, as discussões sobre os problemas do país eram tratados nesses gêneros, principalmente nas crônicas, que nasceu híbrida entre o jornalismo e a literatura.

O cronista Figueiredo Coimbra polemizou o novo ideário político brasileiro, em sua série “Diálogos”. Nesse artigo, foram escolhidas quatro crônicas para análise, a saber: as crônicas publicadas nos dias 17 de agosto de 1895, 9 de outubro de 1895, 12 de novembro de 1895 e 16 de novembro de 1895.

Figueiredo Coimbra (Argemiro Gabriel de Figueiredo Coimbra) nascido no Rio de Janeiro em 1866, foi um cronista atuante na imprensa da época, escreveu em vários jornais como a *Gazeta da tarde*, *Diário de notícias*, *Novidades*, *Mequetrefe* e *A notícia*, todos periódicos do Rio de Janeiro.²

² Além de atuar na imprensa, Figueiredo Coimbra também se dedicava ao gênero dramático, escrevendo comédias, revistas, além de traduzir e fazer várias adaptações e arranjos de peças estrangeiras. Suas peças mais conhecidas na época foram *A carta anônima* (1884), *O bendegó* (1889), *A exposição nacional* (1889) e *O mundo da Lua* (1894) dentre outras.

N'A *notícia*, o autor teve duas colunas de crônicas: a primeira, “Notas de um simples”, iniciada em 17 de outubro de 1894, um mês após a criação do periódico, com duração de apenas dois anos e com publicação total de 58 textos; a segunda, “Diálogos”, foi a publicação mais extensa do autor nesse periódico e também seu último trabalho – ele faleceu em 1899.

Os “Diálogos” começaram a ser publicados no dia 23 de julho de 1895, com a duração de quatro anos, somando um total de 467 textos. O último texto de Coimbra dos “Diálogos” foi publicado no dia 20 de janeiro de 1899, dois meses antes do falecimento do autor, conforme noticia o próprio jornal onde era publicada a coluna:

[...] os últimos trabalhos jornalísticos de Figueiredo Coimbra que apareceram n'A notícia foram os Diálogos, uma das mais lidas e apreciadas da nossa folha, e em que eram patentes o cunho original do literato observador e de crítico mordaz e calmo, e o culto que ele rendia à elegância da forma e à língua vernácula (*A notícia*, 1899, p. 1).

Nos “Diálogos” desfilavam os tipos que poderiam ser encontrados naquela época, tais como profissionais liberais, pais de famílias, deputados, ministros, eleitores e muitos outros. Além desses, havia personagens alegóricas como o Vinho, o Café, a Constituição, o Executivo, a Febre Amarela, a Estrada de Ferro Central do Brasil etc.

Assim, nos “Diálogos” os leitores poderiam reconhecer os problemas da época, pois os assuntos abordados na coluna se referiam ao cotidiano dos cariocas, mas também eram peculiares a muitas questões que englobavam todo o país, principalmente os assuntos políticos.

As personagens proferiam suas opiniões sobre os últimos acontecimentos, davam conselhos e criticavam atitudes dos familiares, dos amigos e do governo; eram reunidas em uma cena dramática que se assemelhava a uma cena teatral solta e em que, com muita ironia e graça, dramatizava-se a vida carioca.

Em sua construção formal, a coluna de crônicas “Diálogos” apresenta-se como uma espécie de cena teatral em que os textos são compostos apenas de personagens que contracenam sem a intervenção de um narrador. A coluna estabelece ligação entre várias formas literárias: com as revistas de ano, por causa de seus personagens-tipo e da comicidade, com a crônica, que contém em sua essência o traço fundamental de depoimento sobre o tempo circundante (DIMAS, 1974, p. 48) e, com o gênero dialogado.

No Brasil, à época de publicação dos “Diálogos” – 1895 a 1899 – foi de constantes mudanças tanto tecnológicas e culturais quanto políticas, momento em que se estava tentando construir um Estado nação-moderno e, esse ideário era refletido nas crônicas. Tendo em vista o crítico “mordaz e calmo”, características atribuídas a Figueiredo Coimbra, percebe-se em suas crônicas ataques sutis ao novo regime implantado.

Brasil: uma nação moderna?

A República foi um grande passo na história da política brasileira e uma mudança radical, causando um grande impacto, além de ser geradora de dúvidas e incertezas sobre o futuro do país. Na Monarquia, já havia sido plantada a semente do sentimento de nação, agora era preciso de uma nova semente, que nascesse e criasse raízes para a construção de um Estado-nação moderno. Para François-Xavier Guerra, uma nação moderna:

[...] no es un ser atemporal, que existe siempre y en todas partes, sino un nuevo modelo de comunidad política. Modelo en un doble sentido: en primer término como arquetipo, como algo de orden ideal, que sirve de referencia para el pensamiento y para la acción en tentativas siempre inacabadas para iscribirlo en lo real. En segundo término,

como un conjunto complejo de elementos vinculados entre sí (en nuestro caso, como una combinatoria inédita de ideas, imaginarios y valores y, por consiguiente, de comportamientos) que conciernen a la manera de concebir una colectividad humana: su estructura íntima, el vínculo social, el fundamento de la obligación política, su relación con la historia, sus derechos. (GUERRA, 1997, p. 100-101)

A imagem de um modelo de comunidade política ideal estava imposta na República brasileira, pois se concebeu aqui esse “conjunto complejo de elementos vinculados entre si [...] que conciernen a la manera de concebir una colectividad humana”, como escreve Guerra, e também aqui existiu uma combinação de idéias, imaginários e valores, esses discutidos também na literatura, como um “arquétipo”, uma “ordem ideal” que pairava sobre o pensamento, mas ficava apenas como ideário.

Do latim, *republica*, *res publica* relacionado com coisa pública; termo usado desde os romanos que “põem em relevo a coisa pública, isto é, o interesse de todos ou o bem comum. Seu sentido é o de se opor às formas que traduzem interesse governamentais” (PENNA, 1999, p. 25). No Brasil, o “interesse de todos” estava apenas no ideário de uma nação, propagava-se “todos”, mas era apenas uma nação imaginada. Pelo menos três imagens de nação foram construídas de 1822 até 1945 pelas elites políticas e intelectuais: a primeira caracterizada pela ausência do povo, a segunda pela visão negativa do povo e a terceira pela visão paternalista do povo; mas em nenhuma o povo fez parte da construção da imagem nacional (cf. CARVALHO, 1998, p.235). Nos “Diálogos” do dia 12 de novembro de 1895, Coimbra critica a ausência do povo por meio de sua crônica, explicitando que a função do povo era apenas aplaudir um “palavreado bonito”:

MENINO ZECA. — [...] Escuta: governador e senado, tudo isso é o povo governando...

MENINO JUCA. — E se o povo não quiser governar assim...

MENINO ZECA. — Quer por força; quer sempre, tanto assim que ninguém lhe pergunta nada.

MENINO JUCA. — Mas como é que o povo entra nesse negócio?

MENINO ZECA. — O povo não entra; é fingido; por isso é que é

engraçado. Nós dois governamos; vamos buscar o Manduca para fingir de povo. Nós dois fazemos um palavreado bonito: o Manduca põe-se de quatro pés e bate palmas.

MENINO JUCA. — Como é que ele bate palmas, estando de quatro pés?

MENINO ZECA. — Com a cabeça! Bate palmas é como quem diz: gosta. Ele gosta sempre. (F.C., 1895a, p.1)

Falava-se e pensava-se em nação, mas no momento político vivido na época de publicação dos “Diálogos” de Figueiredo Coimbra, o sentido de uma “comunidade” era difícil de ser encontrado, de ser sentido, pois a nação por quem os políticos lutavam estava apenas no plano da imaginação. O regime republicano foi um ato de imposição, como se constatou pelos intelectuais daquele momento.

Com a imposição do regime, era difícil criar uma nação moderna brasileira, fazer com que surgisse um sentimento em torno de uma nação, pois não existia um sentido de “coletivo”. Carvalho explica que inicialmente despertou-se pela República uma maior participação, mas essa foi sendo sistematicamente frustrada, sendo que a participação popular estava fora do mundo oficial da política. “A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva” (CARVALHO, 1987, p. 37-8).

A idéia de nação precisava ser reconstruída para que o povo brasileiro se sentisse uma “coletividade”. Figueiredo Coimbra coloca em xeque nos seus “Diálogos” uma República recém criada e ainda não consolidada. Ironizava as atitudes daqueles que não eram republicanos convictos, e satirizava o ideal monarquista que ainda estava presente. Debates pertinentes por causa da grande mudança que queriam realizar no país por meio da implantação do regime republicano, libertando essa grande pátria das consideradas idéias arcaizantes oriundas da monarquia portuguesa e, transformando o país em uma nação moderna. Mas esse era o momento como diz uma das personagens dos “Diálogos”, em que era possível dizer “eu ponho as manguinhas de fora e bramo”. E é

isso que Figueiredo Coimbra fez, arregaçou as mangas e escreveu crônicas criticando as diversas atitudes e idéias que circundavam o ideário republicano.

Formas de fortalecer o novo

No século XIX, a imprensa tornou-se um meio de discussão do novo regime, sendo que alguns jornais defendiam um partido ou lutavam por uma causa. Nos “Diálogos” do dia 16 de novembro de 1895, tem-se a personificação de dois jornais da época: *O País* e *O Jornal do Brasil*, que na crônica aparecem nomeados como O País e O Brasil. O primeiro defendia a República e o segundo a Monarquia. Em um estudo realizado por Eduardo Silva sobre o *Jornal do Brasil*, constatou-se de que o periódico passou por três fases:

[...] primeiro, sob a direção de Rodolfo Dantas, o *Jornal Monarquista* (1891-1893); depois, sob a direção de Rui Barbosa, o *Jornal Legalista*, intransigente defensor da Constituição e, por via de consequência, de oposição à ditadura do Marechal Floriano (1893-1894); por fim, fugindo à areia movediça de um confronto político direto, teremos — sem que o ranço monarquista tivesse se anulado inteiramente — o jornal popular voltado para o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro (1894-1918). (SILVA, 1988, p. 41-42).

Percebe-se, segundo a visão de Silva, que na época em que a crônica foi escrita, o *Jornal do Brasil* ainda tinha um “ranço monarquista” e isso será explorado em todo o diálogo entre os dois jornais. As personagens, em forma de jornal, discutem sobre as seções d’O Brasil, que conforme a personagem O País eram cópias de outros periódicos da época. A partir dessa comprovação, O País quer mostrar que O Brasil é formado apenas por cópias, sem originalidade.

Figueiredo Coimbra por meio desse diálogo traz uma discussão interessante

sobre nacionalidade, pois joga principalmente com o nome dos periódicos da época, que possuíam opiniões diversas e opostas. Brasil e país deveriam ser o mesmo, mas o que acontecia era o contrário. A personagem O Brasil, de cunho monarquista, pergunta “não somos ambos a mesma coisa?” obtendo a resposta “É certo que *Brasil e País* é o mesmo como nacionalidade; mas como jornal, a você separa-o de mim um imenso abismo”. Na resposta, as palavras Brasil e país estão escritas em itálico, remetendo aos periódicos, e nesse momento acontece o jogo entre as palavras, pois há a afirmação de que “como jornal” há um imenso abismo que separa os dois. Aparentemente, nos dois momentos as personagens falam do mesmo objeto, o jornal, mas pela afirmação de O Brasil, após “eu sou monarquista”, percebe-se o questionamento do Brasil como Estado-nação moderno.

É certo que os dois periódicos têm a mesma nacionalidade, pois ambos existem no Brasil, mas ao mesmo tempo esse “abismo” que existe entre eles é por serem de regimes opostos e estarem no mesmo lugar. Ou seja, qual deles representa a nação? Essa crônica traz reflexões sobre uma divisão nessa época, em que alguns defendiam a monarquia como forma de uma consolidação nacional e outros defendiam a república como forma de nação moderna. República é a forma de governo oposta à monarquia, por isso se cravou um grande abismo entre os dois regimes. Mas, mesmo instaurada a República no Brasil, existia partidos defensores do regime monárquico, pois o novo regime ainda não estava consolidado.

A personagem Brasil chega a afirmar que “o Brasil é todo monarquista”, mas a personagem País a repreende dizendo que o “*Brasil* em grifo”, ou seja, que o Brasil como jornal simpatizava com a monarquia, mas o “País é republicano intransigente”. Nesse momento ocorre a fusão do país jornal e do país nação, pois nessa fala a personagem usa a palavra “país” em letra maiúscula e sem itálico, pode-se supor que estejam falando do país como nação e também da opinião do jornal *O país* defensor do

regime republicano.

A personagem País afirma que “a grande massa, o povo, por todas as suas classes não quer outra forma de governo”, a partir dessa afirmação e depois com a afirmação da personagem Brasil dizendo que “isto é o que contesto e provarei ser falso”, e O País lança o desafio “Veremos se o consegue realizar. Ponho-o em dúvida principalmente à vista dos processos de sua propaganda”. Assim, no decorrer dos diálogos, a personagem O País enceta uma discussão em torno dos “processos” de propaganda que O Brasil utiliza, pois a folha apenas copia dos outros periódicos as suas seções, no final do texto tem-se a seguinte discussão:

O PAÍS. — Daí!... mais nada. Eu não quisera receber o meu colega com más palavras; mas o meu colega, que se propõe reivindicar direitos e liberdades conculcados, propagando o único regime que nos pode felicitar...

O BRASIL. — Sim, o único, possível, a monarquia!

O PAÍS. — Tem uma esquisita maneira de cumprir tal programa. Olhem que pano de amostra! Pois quê? a monarquia começa logo por tirar tudo aos republicanos? (F.C., 1895b, p.2)

A conclusão tirada pela personagem País é que “a monarquia começa logo por tirar tudo aos republicanos”, mesmo essa frase sendo interrogativa, compactua com uma afirmação. A personagem O Brasil propõe “reivindicar direitos e liberdades conculcados”, ou seja, os direitos que foram desprezados pela República e, essa personagem insiste em divulgar como “o único regime que nos pode felicitar”, isto acaba sendo apontando nas palavras de O País como “uma esquisita maneira de cumprir tal programa”, pois tudo o que o jornal do Brasil traz em suas folhas é de jornais favoráveis ao regime republicano. Figueiredo Coimbra abordou em suas crônicas uma situação da época, a divisão das pessoas em relação ao regime político implantado, que não há um ideal de nação, tem-se apenas uma nação imaginada e muito confusa. Mas, o autor tenta mostrar, criticamente em sua crônica, que os processos da propaganda dos

simpatizantes da Monarquia pertencem ao novo regime e, dessa forma, não há como se sustentarem ou se levantarem novamente.

Essa crítica que Coimbra quer encetar, torna-se mais clara na crônica do dia 17 de agosto de 1895, em que o autor cria uma cena em que dialogam dois deputados:

Discussão do orçamento na câmara dos deputados.

O DEPUTADO A. — Sr. presidente, V. Ex. e o país inteiro são testemunhas do modo grosseiro, injurioso, revoltante, por que fui tratado pelo meu nobre colega B. no meu luminoso discurso de ontem sobre esta magna questão.

O DEPUTADO B. — Não apoiado. Não o tratei com grosseria; disse apenas que V. Ex. faltava desembaraçadamente à verdade.

O DEPUTADO A. — Ora, Sr. Presidente, não pode haver maior injustiça! Para que havia eu de faltar à verdade? com que interesse?

O DEPUTADO B. — Eu sei lá! Por alguma coisa foi! O que é certo é que não se defende da acusação.

O DEPUTADO A. — Sr. Presidente, eu não tenho aqui outro interesse que não seja o da nação, a cuja confiança procuro corresponder servindo-a honradamente na medida das minhas forças. Republicano dos tempos difíceis da propaganda...

O DEPUTADO B. — Oh! oh! oh!

O DEPUTADO A. — Que significa esse oh! oh! oh! Quererá negar que eu seja republicano histórico?

O DEPUTADO B. — Mas com toda a energia! Antes do 15 de novembro sempre o vi com os conservadores...

O DEPUTADO A. — Não há tal. Com eles só votei uma vez!

O DEPUTADO B. — Não se envergonhe do seu passado. Quase todos nós, republicanos históricos que aqui estamos, servimos a monarquia!

O DEPUTADO A. — Eu cá por mim servi a Pátria.

O DEPUTADO B. — Ela há de agradecer-lhe, creia.

O DEPUTADO A. — Não é com o fito em recompensas mais ou menos valiosas que cumpro os meus deveres de representante do povo, pugnando pelo bem geral.

O DEPUTADO B. — O país inteiro faz justiça aos sentimentos de V. Ex.

O DEPUTADO A. — Sr. Presidente, ainda ontem tive a honra de dizer a esta câmara: A República ainda não está consolidada! Por quê?

O DEPUTADO B. — Dêem o governo a V. Ex. e verão.

O DEPUTADO A. — Previno V. Ex. de que não lhe admito esse tom sarcástico em relação à minha pessoa. V. Ex. tomou-me para objeto das suas chufas...

O DEPUTADO B. — Chuvas?

O DEPUTADO A. — Chufas. Eu não posso prestar-me ao papel ridículo que V. Ex. me dá.

O DEPUTADO B. — Não saia de si mesmo.

O DEPUTADO A. — Sabe V. Ex., Sr. presidente, o estado de anarquia a que está reduzido o meu.

O DEPUTADO B. — O seu quê?

O DEPUTADO A. — O meu estado. Os últimos telegramas que recebi falam de intervenção violenta do governo local nas eleições de anteontem, pressão escandalosa, terror e até creio que mortes!

O DEPUTADO B. — Onde foi isso? Em Madagascar?

O DEPUTADO A. — O candidato da oposição é o legitimamente eleito. O diploma que for expedido ao seu competidor não representará a verdade do pleito. Atenta-se contra a soberania do voto, única coisa que ainda nos resta neste descalabro.

O DEPUTADO B. — E V. Ex.?

O DEPUTADO A. — Ora, não me aborreça! Seja portanto, deputado, aquele que o é pelas urnas, o candidato da oposição!

O DEPUTADO B. — E a República estará consolidada.

O DEPUTADO A. — Tenho dito.

O orador é calorosamente abraçado e cumprimentado pelo deputado B. e mais colegas. (PLATÃO, 1895c, p. 2)

É preciso traçar como a crítica de Coimbra está engendrada no texto. A crônica começa com uma rubrica revelando que as personagens, os deputados identificados como A e B, iriam discutir questões sobre orçamento, o que não acontece em nenhum momento durante o texto. Os ataques pessoais são o assunto principal. Assim, a câmara, lugar por excelência da democracia, tornou-se, nessa crônica, palco para as discussões de provocações entre parlamentares.

Nessa discussão, o Deputado A reclama da forma grosseira com que foi tratado pelo seu “nobre colega B” quando estava proclamando seu “luminoso discurso” sobre o orçamento que ele chama de “magna questão”. Percebe-se o modo rebuscado de falar do Deputado A, abusando de adjetivos na maioria das palavras proferidas.

Note-se que o Deputado A dirige-se ao “Sr. Presidente” e não ao Deputado B em suas primeiras falas, quer que o presidente resolva esse caso de grosseria instaurado na câmara. Mesmo assim, responde as perguntas do Deputado B, sempre se dirigindo ao Sr. Presidente, que não aparece em nenhum momento durante o diálogo.

Não se sabe qual é a acusação que levou o Deputado B a dizer que o Deputado A “faltava desembaraçadamente à verdade” e, nem porque esse não se defendia. Claro está que o assunto em pauta, o orçamento, não era discutido. A conversa segue novos

rumos, para uma discussão de categorização político-ideológica.

Questionamentos sobre qual tipo de ideologia cada um seguia era a temática da conversa. O Deputado B não acreditava que o Deputado A era um republicano, pois ele “sempre o vi(u) com os conservadores...” antes da proclamação. As personagens discutem sobre a convicção dos políticos, pois não estavam convictos do novo regime, pois O Deputado B deixou claro esse assunto, quando diz que “quase todos nós, republicanos históricos que aqui estamos, servimos a monarquia”.

O Deputado A afirma que serve a pátria, e se considera um “representante do povo” defendendo o “bem geral”. O deputado B sempre o trata com tom sarcástico, rematando tudo o que ele fala. Atente-se para a fala do Deputado A em que diz convicto de que a “República ainda não está consolidada!” e quando irá explicar o porquê, o Deputado B, vem mais uma vez interromper com considerações irônicas e, o Deputado A se irrita com tudo aquilo e não quer ser mais um “objeto” de “chufas” para o Deputado B.

A personagem ferinamente ainda brinca com a palavra chufas que quer dizer zombaria, transformando-a em chuvas. Depois de se irritar mais uma vez, o Deputado A volta a se dirigir ao presidente, falando da situação de seu estado e refere-se as eleições.

No desfecho da crônica está a crítica do autor. Quando o Deputado A concorda com o resultado da eleição de seu estado e apóia o candidato da oposição, percebe-se, inclusive pela afetividade de seus correligionários, que ele nesse momento mudou de partido. Ou seja, já que o candidato da oposição foi o que ganhou as eleições pelo voto, ele apoiará nesse momento esse candidato.

Coimbra tenta criticar várias instâncias que estavam sendo discutidas naquele momento. Primeiramente a inconsistência dos políticos, que são partidários de “ocasião”, filiam-se àqueles que estão no poder e, depois não tem fortes compromissos

ideológicos. Veja um comentário de um deputado da época, Alberto Torres, que escrevia para *A Notícia* todos os dias, uma nota política:

De fato, a parte as grandes crises de transformação nacional, onde os partidos se constituem pelas correntes de opinião, representando aspirações opostas e definidas, os partidos militantes, nas épocas normais, resultam menos da orientação dos espíritos para objetivos doutrinários do que de agrupamentos de indivíduos por força de afinidades sociais e morais, inteiramente estranhas aos interesses em pleito na vida política. Tomando por pretexto um ou outro princípio, os grupos se formam, os chefes aliciam, os partidos organizam-se, enfim, e, se durante os primeiros anos, a preocupação da fidelidade as idéias adotadas, pode mantê-los numa média de coerência, dentro em pouco, o caráter dos elementos dominantes vai transformando a própria índole partidária para dar-lhe direção inteiramente oposta aos seus primitivos intuitos. É por isso que partidos fundados com intuitos conservadores se corrompem às vezes, degenerando em breve em facções intransigentes e extremadas. Esta verdade deve ser cuidada e aproveitada pelos estadistas da República, que terão a responsabilidade dos nossos partidos do futuro. (A.T., 1895, p.1)

Esse desabafo sobre os partidos militantes demonstra como era a inconsistência partidária do período. Um clima completo de instabilidade política. Este fato é alvo da crítica de Coimbra, que cria personagens que discutem a consolidação da República.

Para a República ser consolidada precisava-se então da “soberania do voto”, ou seja, da democracia que representa o regime republicano. Aliado a inconsistência dos partidos, está ainda o ranço monarquista que existia na política da época. Mesmo depois da proclamação da República o clima monárquico, ou seja, o ideal “arcaico” que significava esse regime para os republicanos ainda pairava sobre alguns políticos e também sobre a constituição. Para comentar esse fato, Figueiredo Coimbra escreveu uma crônica, com as personagens O tribuno e A estátua, essa última, a própria personificação do regime monárquico na figura de D. Pedro I:

A ESTÁTUA. — Ouve, meu filho. Neste negócio de Constituições tu me vês a cavalo, e eu falo de cadeira. Em 1825 dei a este país uma Constituição liberalíssima, de que ninguém fez caso, a começar por mim. Sucedeu o que era fatal: rasgaram-na finalmente a 15 de Novembro de 1889. Não me rasgaram a mim por ser de bronze. Que prova isso? Que as constituições passam, e as estátuas ficam.

O TRIBUNO. — Porque são necessárias como elemento decorativo.

A ESTÁTUA. — Acreditas, meu filho, que valia a pena arranjar uma constituição nova para lhe fazer o mesmo que à outra?

O TRIBUNO. — Ó sebastianista!

A ESTÁTUA. — Enganas-te, já não tenho crenças nem convicções políticas. Sou completamente neutro na luta dos partidos. Suponho que ainda estou qualificado nesta freguesia do Sacramento, mas já não voto. (F.C., 1895d, p.1)

A crítica de Coimbra é que as idéias monárquicas e o ideal de nação construído pela monarquia ainda estava permeado na mente das pessoas e, a República precisava encontrar uma forma de consolidar-se. Tarefa difícil. Coimbra demonstra por meio de suas crônicas, que a Monarquia já não tinha mais força, ou mesmo ele quer que seus leitores acreditem nisso. É como a Estátua diz “sou completamente neutro na luta dos partidos”.

A inquietação de Coimbra reforçada em suas crônicas sobre a consolidação da República, remete também à inquietação dos intelectuais em relação ao novo regime. Consolidar remete a segurança, estabilidade, fixação, estabilização, tudo que faltava para o novo regime instaurado nesse momento no Brasil. Por isso, querem sempre construir um ideal de nação forte.

A crônica caminha para um desfecho aparente de *happy end*, em que a crise instaurada no primeiro momento de discussões entre dois partidários, que perpassa por frases sarcásticas do Deputado B, desemboca em calorosos abraços e cumprimentos de todos. Na verdade, o final é irônico. Perpassando pelas falas anteriores das personagens, percebe-se a conformação do Deputado A em relação à eleição do candidato da oposição em seu estado. Ele chega a afirmar que esse resultado “não representará a verdade do pleito”. Ele insinua que o seu candidato é que deveria ser eleito, mas ele acredita na “soberania do voto”. Só que o deputado conforma-se com a derrota de seu correligionário em nome de uma democracia, pois afirma “seja portanto, deputado,

aquele que o é pelas urnas, o candidato da oposição!”. Nessa posição do deputado está a crítica ferrenha de Coimbra, em que ele aponta desde o início da crônica a mudança constante de partido e de ideais, e assim, ele cria uma personagem política que não luta por seu partido, não o defende em nenhum momento. Alguns políticos da época, acusavam certos deputados de estarem defendendo a restauração da monarquia, Coimbra, defensor dos ideais republicanos satiriza esses políticos e termina ironizando com a união de todos. Ou seja, ele luta por uma unidade nacional, em que todos lutassem pelos mesmos ideais. Atente-se, mais uma vez, para o posicionamento de Alberto Torres, em relação aos promulgadores da monarquia, em 7 de outubro de 1895:

Analise-os um pouco o fino e talentoso escritor: onde está em qualquer deles o ardor que anima os grandes propugnadores de ideais patrióticos? S. Ex. sorrirá. Alguns têm realmente figuras de mártires, não de martírio político, mas da baixa de *debêntures*.

Foram quase todos republicanos em 1890 e 1891. Outros, pelo contrário, gozando conforto sem inquietações nem abalos que a crença sem esperança e, portanto, sem dever de luta, assegura. São nédios, sorridentes, adiposos. Não é com homens assim feitos que se formam exércitos revolucionários.

Agora veja-se a opinião. Na imprensa, que voz brada pela monarquia? No povo, nas classes letradas, nos elementos conservadores, nos proletários? Os monarquistas consolam-se, afirmando que as eleições são falsas, que nem mais fósforos votam, bastando escrever algarismos. É, em grande parte, a verdade, como foi também na monarquia, antes da lei Saraiva e como seria hoje, com o sufrágio amplo. Mas o ilustrado profeta restaurador sabe que a opinião das massas é a opinião dos seus chefes: peça aos seus velhos correligionários ou, para não se dar pela monarquia a trabalho muito fatigante, peça a seu ilustre pai a relação dos chefes locais do liberalismo monárquico em Minas e pergunte-lhe quantos se conservam fiéis ao credo dinástico. [...]

A restauração é, portanto, uma crença sem apóstolos, uma campanha sem generais, um partido sem eleitores. (A. T., 1895b, p. 1)

Alberto Torres era um republicano histórico e, como tal, criticava a monarquia. Todo esse texto crítico perpassa pelas linhas da crônica de Coimbra, os dois compactuavam em alguns ideais sobre a república. A nota de Alberto Torres, ainda diz o seguinte “Se há um dever que se impõe neste momento a todos os brasileiros, por amor ao Brasil, é a defesa da República como feita”. Coimbra tentava por meio da

literatura, de textos humorísticos, lutar pela consolidação da República no país, lutar por esse “novo modelo de comunidade política” e com a certeza de sua “obligación política”

O consolo da personagem do deputado A e a união de todos no final, é ao mesmo tempo uma solução de final feliz em que, assim, o país caminharia para uma organização, sem discussões e, também sarcástica, com o fim da luta monarquista, por isso que o Deputado B sempre trata o Deputado A com ironia. Não adiantava mais essa luta, se não havia verdadeiros convictos desses ideais. Teriam que lutar pelos mesmos ideais. É isso que Coimbra tenta trazer em suas crônicas, a luta sincera e verdadeira pelos ideais republicanos, construindo uma nova identidade brasileira.

O pensamento de Torres, muitas vezes, era o mesmo defendido por Figueiredo Coimbra em suas crônicas. Segundo Souza, para Torres:

a nação brasileira deveria ser criada pelo Estado. Não caberia a este atuar apenas de forma reguladora, como compete ao Estado em uma nação já desenvolvida, já que o Brasil não criou, ainda, os vínculos orgânicos capazes de consolidarem-no como nação. Não podemos, segundo Torres, darmos ao luxo de sermos liberais.”(SOUZA, 2005, p. 304).

Esses defensores da República, queriam consolidar esse novo regime, estavam tentando construir uma nação moderna, democrática e progressista. A forma que Coimbra encontrou para lutar por esse novo regime era com humor e ironia, ridicularizando personagens simpatizantes dos ideais monarquistas.

Considerações Finais

No Brasil, notava-se na atuação dos primeiros presidentes civis e paulistas, juntamente com o seu círculo político-administrativo, um evidente esforço para forjar

um Estado-nação moderno (cf. SEVCENKO, 2003, p. 66). Essa “trama” era discutida na literatura, principalmente por meio das crônicas que abarrotavam os periódicos da época, pois a implantação do novo regime, obtida por um golpe militar, foi uma mudança radical, surgindo muitas dúvidas sobre o que era melhor para o futuro do país.

Figueiredo Coimbra, em seus “Diálogos”, discute as idéias que circundavam em torno da implantação da República, provavelmente ele era um tímido adepto das idéias positivistas. Segundo a *Revista Ilustrada*, que publica uma curta biografia do autor em 1894, ele foi para São Paulo estudar direito; é sabido no Brasil, que as idéias de Comte chegaram em 1880 e tiveram como porto, justamente a faculdade de Direito de São Paulo e, isso era refletido nas crônicas de Coimbra.

Por meio dos “Diálogos” discute-se a construção da implantação da República, fazendo uma crítica a política do Brasil. É demonstrado nas crônicas o comportamento dos políticos que mudam constantemente de partido e de opinião, não lutando por um único ideal; eram políticos apenas de ocasião. O ideário da Primeira República brasileira, nesse contexto, foi gerador de dúvidas e incertezas, refletindo nos “Diálogos” uma confusão de idéias, que acabam mostrando que todos eram idealizadores e lutavam por uma nação imaginada. Coimbra lutava pela dessacralização do ideal monarquista, ajudando a concretizar o ideal republicano e, assim, o Brasil nação-moderna.

Referências Bibliográficas

- A. T. [Alberto Torres]. No admirável discurso. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 14 ag. 1895. p. 1. 1-2.col.
- _____. Pois que a monarquia é. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 7 out. 1895b. p. 1. 1-2.col.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Brasil nações imaginadas. In: CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 233 – 268.

DIMAS, Antonio. Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo? In: *Littera*; revista para professor de português e literaturas de língua portuguesa. Ano IV – nº 12. Rio de Janeiro: Grifo edições, 1974.

F.C. [Figueiredo Coimbra]. Diálogos. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 12 nov. 1895a. p. 1-2.

_____. Diálogos. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1895b. p. 2, 2.col.

_____. Diálogos. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 9 out. 1895d. p. 1, 5.col.

FIGUEIREDO COIMBRA. *A notícia*. Rio de Janeiro, 24 mar. 1899. p. 1.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GUERRA, François Xavier. La nación en América Hispanica: el problema de los orígenes. In: Rosanvalon (dir.) *Nación y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997. p. 97 – 121.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: Perspectiva, 1977.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 21 – 84.

Platão [Figueiredo Coimbra]. Diálogos. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 17 ag. 1895. p. 2. 1.col.

RENAN, Ernest. ¿Que és una nación? In: Fernández, A. B. *La invención de la nación*. Buenos Aires, Biblos, 2001. p. 53 – 66.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 41-42.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 302-323.